

2017/12/18

Jerusalém e as políticas de Trump

Alexandre Reis Rodrigues

Ninguém consegue perceber a estratégia de Trump para o Médio Oriente, muito menos o que terá em vista ao decidir anunciar que os EUA reconhecem Jerusalém como capital de Israel, deixando explícita a correspondente mudança da localização da embaixada americana.

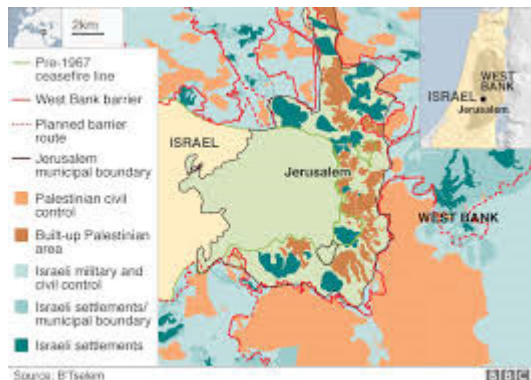
Com o Médio Oriente dominado pelo agravamento do relacionamento entre o Irão e a Arábia Saudita julgava-se que o conflito entre israelitas e palestinianos iria ficar relegado para segundo plano, pelo menos por algum tempo. Está de novo nas “primeiras páginas dos jornais”.

Com Trump é frequentemente difícil encontrar o sentido das decisões que toma, mas algum há de ter esta - espera-se. Caso contrário, não se compreendem os custos políticos enormes que estão a ser pagos e que a administração americana não teria deixado de prever, embora os pudesse ter subestimado.

Decerto que, neste caso, não se trata apenas - como alguns têm referido - de cumprir uma promessa eleitoral que, aliás, todos os seus três antecessores também fizeram durante as respetivas campanhas eleitorais, mas depois, uma vez na Casa Branca, decidiram ir sempre adiando.¹ Trump não precisa de se preocupar em “segurar” a fação pró Israel que o ajudou a eleger porque sabe perfeitamente que ela nunca o abandonará.² Também não estará a deixar-se pressionar pelo Senado que em junho deste ano votou unanimemente uma resolução a incentivá-lo a concretizar a sua promessa e mudar a capital. Trump não se move por incentivos; move-se sobretudo pelas suas ideias. Comporta-se como um empresário, não como um político com obrigação de ponderar todas as facetas dos problemas.

Porque terá lançado agora a polémica de Jerusalém? Precisa dela como preparação da apresentação de um novo plano de paz previsto para o início do ano ou, simplesmente, porque na sua avaliação este é o momento em que as expectativas de reação violenta são menores?³ Como entender a decisão quando o secretário de Estado vem logo a seguir esclarecer que, mesmo sendo ambiciosos, nada vai acontecer de concreto nos próximos três anos, por dificuldades logísticas e funcionais e pelo interesse de continuarem a negociar. Em que ficamos afinal?

Trump provocou um enorme alarido por todo o mundo, deixando os EUA isolados numa região extremamente sensível; desencadeou uma nova onda de instabilidade no Médio Oriente que muitos encaram como mais dificuldades para um entendimento; perdeu, aos olhos de muitos, a credibilidade que ainda tinha para



¹ Utilizando uma disposição que permite adiar de seis em seis meses a execução do “*Jerusalem Embassy Act*” aprovado pelo Congresso em 1995.

² Dificilmente terão um Presidente mais recetivo aos seus propósitos de apoio a Israel, quaisquer que sejam as circunstâncias.

³ Os palestinianos continuam divididos entre as fações do Hamas e da Fatah, cada uma com a sua estratégia própria, e os árabes não dão sinais de se disponibilizarem para trocar as suas preocupações com o Irão pela defesa da causa palestiniana.

atuar como mediador do conflito entre israelitas e palestinos e deu aos inimigos dos EUA mais uma razão para se mobilizarem contra as políticas americanas. Que objetivo poderá compensar tão grande impacto negativo?

Que sentido faz correr todos estes riscos para, afinal, - na prática e pondo de lado as emoções que a decisão desencadeia - estar apenas a assumir uma posição dúbia que não compromete a solução de Jerusalém como capital dividida entre judeus e israelitas? Disse o seguinte: «*We are not taking a position of any final status issue, including the specific boundaries of the Israel sovereignty in Jerusalem or the resolution of contested borders*».

Trump acrescenta que a solução final é para ser encontrada pelas partes entre si, no âmbito das negociações de paz, sem interferências externas. No fim, depois de ter provocado tanto ruído e imenso alarme, está apenas a reconhecer formalmente uma realidade que existe há mais de setenta anos⁴ e nada dizendo que impeça que a parte leste se torne a capital de um futuro estado palestino. A parte ocidental de Jerusalém é de facto a capital de Israel.⁵

Como se viu atrás, o Presidente não estava sob qualquer pressão para tomar a decisão nesta altura e de uma forma quase repentina. Não se esperava que fosse deixar as atenções distraírem-se do que tem sido considerado prioritário resolver - limitar a crescente influência do Irão e lutar contra o islamismo radical. Nem esperou pela apresentação da proposta de acordo de paz que está anunciada para o início do ano, tomando a decisão sobre Jerusalém sem quaisquer preparativos diplomáticos ou consultas, como seria normal.

Pode ter concluído - dizem alguns - que precisava de uma forte polémica para desviar a opinião pública americana dos reveses políticos e dificuldades por que tem passado, mas também isto não faz sentido. As sondagens mais recentes mostram que 63% dos americanos não estão de acordo com a mudança da embaixada. Mesmo entre os evangélicos do "*Christians United for Israel*", uma poderosa organização com 3,3 milhões de membros, a quem Trump quer agradecer o apoio recebido para a sua eleição, a concordância com a mudança da capital não é avassaladora (53% a favor, 40% contra).

Trump diz que décadas de política americana de negação da realidade em Jerusalém, nunca ajudaram a qualquer progresso num processo de negociações que tem estado praticamente parado e sem qualquer perspectiva de evoluir para qualquer desfecho razoável para as partes.⁶ É um facto, aliás mais negro do que como Trump o pinta. Na verdade, o seu prolongamento apenas tem servido para tornar cada vez mais difícil - se não é já impossível - a solução "dois estados" pela qual se bate a comunidade internacional.

Poderá o Presidente americano quebrar este interminável impasse com a decisão tomada? Os que querem acreditar que existe uma nova estratégia falam de um

⁴ Nas Nações Unidas, a fórmula inicial, em 1947, previa para Jerusalém um estatuto de território separado sob gestão internacional, portanto fora da jurisdição dos dois estados - o judeu e o palestino (Resolução 181 de novembro de 1947). Israel e a Jordânia sempre preferiram olhar para Jerusalém como uma cidade dividida e acabaram por anexar respetivamente a parte ocidental (Israel em dezembro de 1948) e a parte leste (a Jordânia, cinco dias depois) na sequência da guerra israelo-árabe em 1948. Israel acabou por anexar também a parte oriental no seguimento da guerra dos seis dias.

⁵ Onde se encontra instalado o Parlamento, o Supremo Tribunal, a residência do Primeiro-ministro e vários departamentos do Estado.

⁶ Richard Hass lembra, porém, que não tem sido por causa de Israel que as negociações têm falhado. Nunca resultaram porque as partes nunca se dispuseram a dar qualquer passo para se aproximarem. Do lado palestino, com a insistência dos radicais em não reconhecer o direito de Israel existir; do lado israelita com políticas que estão a inviabilizar a solução dois estados (Expansão dos colonatos, por exemplo).

propósito duplo. Em relação aos palestinianos, uma tentativa de pôr fim, de uma vez por todas, às expectativas dos radicais que insistem em moldar a sua postura à volta da recusa em reconhecer Israel. Em relação a Israel para lhes lembrar que é chegada a altura de retribuírem com maior flexibilidade o tratamento muito generoso que estão a receber da atual administração americana. Ou seja, que não comprometam o plano de paz que vai ser apresentado proximamente.

Aos palestinianos não resta quase nada. Quando muito o Direito Internacional, mas se este nunca chegou para lhes garantir boas perspetivas de sobrevivência porque passará a servir agora, em que nem os moderados confiam no mediador? Porque abandonará Tel Avive uma estratégia de mais de cinco décadas a moldar uma realidade em aberta contravenção com o Direito Internacional e a desafiar o consenso internacional? Quererão negociar quando, anteriormente, nunca deram mostras de o querer fazer?

Não é provável que o novo contexto político, que Trump está a tentar criar, melhore as perspetivas de uma solução aceitável pelas duas partes e que seja consistente. Muitos receiam precisamente o contrário e, nessa base, continuarão a tentar inviabilizar o caminho traçado pelos EUA, como é o caso de Egipto com a iniciativa de levar o assunto ao Conselho de Segurança. Teremos que aguardar para ver que fórmula vai ser proposta para uma nova tentativa de acordo de paz.